



INSTRUÇÃO PÚBLICA NO PARANÁ: O ENSINO PRIMÁRIO NA VISÃO DE CAETANO MUNHOZ DA ROCHA EXPRESSAS NAS MENSAGENS DE GOVERNO (1920-1924)

Cassio de Souza Farias¹

Resumo

Expressa-se nesse trabalho o ensino primário na visão de um dos Presidentes do Estado do Paraná: Caetano Munhoz da Rocha. Buscou-se em materiais digitalizados pelo Departamento de Arquivo Público do Paraná, mensagens à assembleia legislativa no período que marcou o seu primeiro governo de 1920 a 1924. Caetano Munhoz da Rocha, inspirado pelo “entusiasmo pela educação” inicia seu governo buscando combater o analfabetismo a partir da expansão do ensino elementar para a população paranaense, organizando também o campo educacional no Estado. Em suas mensagens demonstra preocupação com a educação no Paraná e com a alfabetização do povo. Em 1920, Caetano Munhoz buscou parceria com Altino Arantes Governador do Estado de São Paulo, para promover uma reforma educacional no Estado do Paraná refletindo o modelo paulista de educação no território paranaense. O Professor Prieto Martinez foi ator ativo nessa mudança. Mandado para o Paraná para trazer “métodos pedagógicos modernos” e inspirar e moldar a educação paranaense à imagem de São Paulo. Nos anos do governo de Caetano Munhoz, a intenção expressa em suas mensagens são as de universalizar o ensino primário a partir dos novos métodos para organizar a educação, atendendo a população no que se refere à leitura, escrita e contas.

Palavras-chave: História da educação no Paraná. Primeira República. Escola primária. Analfabetismo.

PUBLIC INSTRUCTION IN PARANÁ: PRIMARY TEACHING IN THE VISION OF CAETANO MUNHOS DA ROCHA EXPRESSED IN GOVERNMENT MESSAGES (1920-1924)

Abstract

Primary education is expressed in this work in the vision of one of the Presidents of the State of Paraná: Caetano Munhoz da Rocha. Caetano Munhoz da Rocha, inspired by the "enthusiasm for education", began his government in an effort to combat illiteracy. He was interested in materials digitized by the Public Archives Department of Paraná, messages to the legislative assembly in the period that marked his first government from 1920 to 1924. from the expansion of elementary education to the population of Paraná, also organizing the educational field in the State. In his messages he shows concern about education in Paraná and with the literacy of the people. In 1920, Caetano Munhoz sought a partnership with Altino Arantes, Governor of the State of São Paulo, to promote an educational reform in the State of Paraná, reflecting the model of education in the state of Paraná. Professor Prieto Martinez was an active actor in this change. Sent to Paraná to bring "modern



pedagogical methods" and to inspire and mold education in the image of São Paulo. In the years of the government of Caetano Munhoz, the intention expressed in his messages is to universalize primary education from the new methods to organize education, serving the population in terms of reading, writing and counts.

Keywords: History of education in Paraná. Primeira República. Primary school. Illiteracy.

INSTRUCCIÓN PÚBLICA EN PARANÁ: LA ENSEÑANZA PRIMARIA EN LA VISIÓN DE CAETANO MUNHOZ DA ROCHA EXPRESAS EN LOS MENSAJES DE GOBIERNO (1920-1924)

Resumen

Se expresa en ese trabajo la enseñanza primaria en la visión de uno de los Presidentes del Estado de Paraná: Caetano Munhoz da Rocha. En el período que marcó su primer gobierno de 1920 a 1924, Caetano Munhoz da Rocha, inspirado por el "entusiasmo por la educación", inicia su gobierno buscando combatir el analfabetismo a partir de la expansión de la enseñanza elemental para la población paranaense, organizando también el campo educativo en el Estado. En sus mensajes muestra preocupación por la educación en Paraná y con la alfabetización del pueblo. En 1920, Caetano Munhoz buscó asociación con Altino Arantes Gobernador del Estado de São Paulo, para promover una reforma educativa en el Estado de Paraná reflejando el modelo paulista de educación en el territorio paranaense. El Profesor Prieto Martínez fue actor activo en ese cambio. Mandado a Paraná para traer "métodos pedagógicos modernos" e inspirar y moldear la educación paranaense a la imagen de San Pablo. En los años del gobierno de Caetano Munhoz, la intención expresada en sus mensajes son las de universalizar la enseñanza primaria a partir de los nuevos métodos para organizar la educación, atendiendo a la población en lo que se refiere a la lectura, escritura y cuentas.

Palabras clave: Historia de la educación en Paraná. Primera República. Escuela primária. El analfabetismo.

INTRODUÇÃO

Na década de 1920, mais de 75% da população brasileira era analfabeta. Segundo Ribeiro (1992, p. 74-75), esse quadro consistia em um problema para a nação brasileira, tendo em vista que a expansão dos novos modos de produção exigia alguns domínios rudimentares da leitura, escrita e contas que o antigo modelo agrário não necessitava.

O número excessivo de analfabetos no Brasil chamava atenção dos países adiantados, mas também dos intelectuais brasileiros. "Esses profissionais da educação tornaram-se célebres e constituíram por longos anos a geração pioneira à frente dos ideais democráticos e modernos sobre o ensino." (WEREBE, 1994, p. 48). Foram eles,



influenciados pelo movimento escolanovista, que se desenvolveu tanto nos Estados Unidos como na Europa, que acreditavam ser possível reformar a sociedade pela educação. Werebe (1994, p. 48) afirma ainda que,

A década de 1920 foi importante para o Brasil, é quando os novos intelectuais brasileiros influenciados pelas ideias da escola nova e a favor da escola pública realizam reformas educacionais em alguns estados, Sampaio Dória, em São Paulo (1920); Lourenço Filho, no Ceará (1923); Anísio Teixeira, na Bahia (1925); Carneiro Leão, em Pernambuco (1926); Francisco Campos e Mario Casassata, em Minas Gerais (1927); Fernando de Azevedo, no Distrito Federal (1928) e Cesar Prieto Martinez, no Paraná (1920). Todas essas reformas procuravam remodelar o ensino ao mesmo tempo que fortalecessem a educação pública.

Nessa perspectiva, objetiva-se com essa pesquisa, compreender a partir das mensagens à assembleia legislativa digitalizadas pelo Arquivo Público do Paraná, como o Presidente do Estado do Paraná enxergava a educação, mais especificamente o Ensino Primário. Portanto, essa pesquisa foi elaborada analisando esses documentos e interpretando-os de acordo com o momento educacional vivido no Brasil.

Por consequência do alto índice de analfabetos e o crescimento populacional nas zonas urbanas, a escola se transformou numa importante instituição de ensino, não só do conhecimento rudimentar, mas também da ideologia liberal do Estado.

Diante desse fato, concordamos com Saviani (1998, p. 3) em sua afirmação:

A formação principal e dominante de educação passa a ser a educação escolarizada. Diante dela a educação difusa e assistemática, embora não deixa de existir, perde relevância e passa a ser aferida pela determinação de forma escolarizada. A educação escolar representa, pois em relação à educação extra-escolar a forma mais desenvolvida de, mais avançada. E como é a partir do mais desenvolvido que se pode compreender o menos desenvolvido e não ao contrário, é a partir da escola que é possível compreender a educação em geral e não o contrário.

Portanto, a educação que se desenvolve dentro da escola se torna em um importante instrumento não só para ensinar as massas populares que irão trabalhar nas fábricas, mas também cumprindo o seu papel de transmissão de ideologia da classe dominante, principalmente, entre as décadas de 1920 e 1930, quando a escola se encontra na missão de modernizar a educação que tinha como propósito principal, fortalecer a identidade nacional.

No que diz respeito ao Estado do Paraná, Caetano Munhoz da Rocha, então Presidente do Estado do Paraná na década de 1920, buscou atender a demanda da população no que tange ao ensino primário. Sobretudo, o analfabetismo no Brasil consistia em um dos maiores problemas relacionados a educação, pois, de um lado, como resultado, a população sofria com a falta de educação em um momento de industrialização e o



aumento populacional nas zonas urbanas, e do outro, contribuía para a manutenção das políticas oligárquicas no poder.

Dessa forma, em um primeiro momento, trataremos da história da educação no Brasil na década de 1920, dando um panorama geral desse momento no país em relação ao ensino elementar. Posteriormente, trabalharemos com os documentos que expressam os discursos do então Presidente do Estado do Paraná Caetano Munhoz da Rocha, e como este enxergava o ensino primário elementar.

UM POUCO DE HISTÓRIA...

Após a Autonomia Política do Brasil em 1822, a ideia era manter as mesmas disposições econômicas no país, principalmente aquelas ligadas aos modos de produção agrícolas com mão-de-obra escravocrata. Como afirma Clark (2006)

O governo imperial instituído com a Independência do Brasil (1822), pretendia manter intocável o latifúndio escravista e preservar os privilégios da elite rural, porém com o passar dos anos, essa estrutura montada nesses pilares social e econômico demonstrava sua incapacidade de acompanhar a evolução pelo qual o Brasil passava.

Entretanto, com o aparecimento dos novos modos de produção, a urbanização e o início da industrialização no país que iniciava a pequenos passos, o modo de trabalho escravo ia se tornando obsoleto, o que em 1888 com a abolição da escravatura acaba se tornando um problema para os latifundiários.

A classe senhorial, ligada ao modo tradicional de produção, incapaz de se adaptar às exigências de modernização da economia, foi profundamente abalada. Ela representara até então o alicerce da Monarquia. Com a Lei Áurea, a Monarquia enfraqueceria suas próprias bases. (COSTA, 1999, p. 455).

Nessa mudança de regime econômico, a Monarquia passa a ser uma velha estrutura que não satisfazia mais as intencionalidades econômicas dos novos grupos da elite urbano-industrial. Em síntese, a Monarquia não sustentava o caráter econômico idealizado por esses grupos, e nesse caminho, a Monarquia começou a se tornar ultrapassada, o que leva, posteriormente, a Proclamação da República (1889).

Acrescentamos ainda que, nesse contexto econômico o Brasil passava por diversas mudanças, sendo que, a ideia de uma República seria a oportunidade ideal para hegemonia dos grupos econômicos que iam surgindo com as novas demandas dos modos de produção.

Em consequência dessas mudanças podemos dizer que a industrialização do país está diretamente ligada à expansão da instrução, na medida em que despertou o interesse da elite urbano-industrial para uma maior abrangência do ensino elementar nas classes mais populosas com o objetivo de capacitar para o trabalho na indústria e de aumentar o



consumo dessas classes para a própria sobrevivência desse sistema, entretanto, “Isso só é possível na medida em que as populações possuam condições mínimas de concorrer no mercado de trabalho e de consumir.” (ROMANELLI, 2007, p. 59). Para isso, o Estado se responsabiliza pela expansão do ensino elementar, oferecendo a população de classe menos abastada os requisitos mínimos de educação para que consiga suprir a necessidade de mão de obra capitalista, “[...] onde, pois, se desenvolvem relações capitalistas, nasce a necessidade da leitura e da escrita, como pré-requisito de uma condição para concorrência no mercado de trabalho.” (ROMANELLI, 2007, p. 59).

Por outro lado, a importância da educação não se resumiu apenas ao sustento dos meios de produção capitalista, ela se voltou também na área política onde o aumento significativo de alfabetizados trazia automaticamente o aumento de eleitores, tendo em vista que nesse momento só poderiam votar aqueles que soubessem ler e escrever. Pois, de acordo com o Art. 70 da Constituição de 1891, não poderiam ser eleitores

1º) os mendigos; 2º) os analfabetos; 3º) as praças de pré, excetuados os alunos das escolas militares de ensino superior; 4º) os religiosos de ordens monásticas, companhias, congregações ou comunidades de qualquer denominação, sujeitas a voto de obediência, regra ou estatuto que importe a renúncia da liberdade Individual. (BRASIL, 1926).

Muitos intelectuais envolvidos com o Movimento de Reconstrução da República no país ficaram assustados com o índice de analfabetismo em 1920, a partir desse momento iniciou a expansão do ensino elementar como forma de erradicação do analfabetismo, como afirma Ghiraldelelli (2001, p. 18)

Foi o bastante para que boa parcela da intelectualidade, imbuída de um espírito de “republicanização da República” e horrorizada com a situação do analfabetismo generalizado (em 1920, 75% da população era analfabeta), ressuscitasse o “entusiasmo pela educação”.

Segundo Nagle (1974) o Entusiasmo pela Educação é o momento no qual a sociedade acredita que o país pode ser moldado através da disseminação de escolas pelo território nacional, e a falta de ensino seria o problema maior que não permitia o ingresso do Brasil no desenvolvimento econômico e político. Nesse sentido, a

[...] crença de que, pela multiplicação das instituições escolares, da disseminação da educação escolar, será possível incorporar grandes camadas da população na senda do progresso nacional, e colocar o Brasil no caminho das grandes nações do mundo. (NAGLE, 1974, p. 99-100).

Por consequência da preocupação desses intelectuais com a instrução pública, começaram a surgir alguns movimentos de renovação educacional que atuavam contra o analfabetismo e outras questões que lutavam a favor da expansão do ensino elementar como forma de mudança no campo político-eleitoral, tendo em vista que muitos deles



acreditavam que a condição atual de educação no país contribuía para a manutenção das oligarquias.

No entanto, o intuito em aumentar o número de alfabetizados no território nacional auxiliava na busca de um melhor atendimento aos interesses da burguesia, auxiliando no processo de urbanização e modernização que o país estava passando.

A educação nesse período passou por mudanças no seu contexto ideológico, dado as condições de centralização do poder econômico. Nesse momento, o plantio de café era a principal renda do país tanto interno quanto externo. Sendo assim, a elite era formada pelos principais fazendeiros cafeicultores que detinham o poder econômico e político.

A partir daí, foram surgindo intelectuais que buscavam o rompimento com as políticas oligárquicas, e para isso era preciso que a população conhecesse seus direitos de participação política. O principal objetivo era de alfabetizar o maior número possível de pessoas para que estas pudessem cumprir com seus direitos de cidadãos eleitores, tendo em vista que nesse período só tinham o direito ao voto aqueles que eram alfabetizados. Segundo Saviani (2011, p. 177)

[...] as primeiras, décadas do século XX caracterizavam-se pelo debate das ideias liberais sobre cuja base se advogou a extensão universal, por meio do Estado, do processo de escolarização considerado o grande instrumento de participação política. É, pois, a ideia central da vertente leiga da concepção tradicional, isto é, a transformação, pela escola, dos indivíduos ignorantes em cidadãos esclarecidos, que este na base do movimento denominado por Nagle (1974) de “entusiasmo pela educação”, o qual atingiu seu ponto culminante na efervescente década de 1920.

Acrescentamos ainda que, esses intelectuais formavam uma pequena parcela da sociedade com interesses em comum, alguns com interesses ligados à educação e outros a burguesia industrial, que buscava o incremento da implantação das indústrias no país, uma vez que as oligarquias e os senhores de café impediam essa expansão econômica.

Com as mudanças no regime político, econômico e social do país, após o fim da monarquia, vieram os ideais republicanos que tinham como principal objetivo fugir dos aspectos do antigo regime do País. Nesse sentido, a educação tinha um caráter disseminador desses ideários, principalmente cívicos e patrióticos.

Um outro ideário sobre a educação pertencente a década 1920, é que a instrução pública em larga escala seria a redentora do cidadão brasileiro, onde seria possível resgatar o cidadão latente dentro de cada sujeito que vivia no Brasil. Pois ao adentrar a República, o Brasil se viu em um estado de grande diferença em relação as outras nações do Mundo, o que fez os políticos e intelectuais desse momento a pensarem que o problema estaria na falta de instrução da população, tendo em vista os altos índices de analfabetismo no país, o que por um lado, fez com que esses grupos pensassem em uma saída rápida e eficaz para esse problema. Conforme Rodrigues (2010, p. 23),



Desde o final do século XIX, a Abolição da Escravatura, a Proclamação da República e o desenvolvimento industrial e urbano colocariam em evidência as diferenças existentes no Brasil e seu atraso em relação aos países considerados “Civilizados”. Parte das elites políticas e dos intelectuais brasileiros passou, por isso, a acreditar que tudo precisava ser modificado e a Nação, reinstituída.

Nesse sentido, o país passa por uma reestruturação educacional para abranger os ideais econômicos, políticos e intelectuais de uma sociedade, que até então não demonstrava preocupação com esses aspectos, e encontraram na alfabetização massificada uma saída para alcançar os objetivos republicanos. Entretanto, Oliveira e Silva (2002, p. 5) afirmam que,

Apesar dos esforços, os resultados esperados da difusão do ensino através da alfabetização, não corresponderam aos objetivos da burguesia. Entretanto, o entusiasmo pela educação promoveu a instrução de muitos, foi o meio pelo qual a classe popular pode participar ativamente da política brasileira, foi o grito de emancipação política, um grande passo na busca pela democracia.

Já no Paraná, embora a reorganização da educação tenha iniciado em meados de 1920 com Caetano Munhoz da Rocha, a discussão pertinente a escola pública já é evidente desde a primeira década do século XX, com os decretos nº 1.236 de 2 de maio de 1912, que reorganizou a Instrução Pública do Paraná, o decreto nº 1.510 de 25 de março de 1915 que determina a reformulação da Instrução Pública e o Decreto nº 996 de 24 de outubro de 1919 que reorganiza o Conselho Superior de Ensino Primário e em 1920, o decreto 1.999 de 9 de abril que cria a Inspeção Geral do Ensino, onde, o Professor Prieto Martinez assume em 24 de abril de 1920. Essas reformulações educacionais atendiam as demandas dos modos de produção capitalista que surgiam no Estado do Paraná.

No Paraná, principalmente sob a vigência do governo de Munhoz da Rocha, diversas medidas reformadoras também foram tomadas pelo Inspetor Geral do Ensino César Prieto Martinez, acompanhando a tendência nacional de atender as novas necessidades do capital industrial por mão-de-obra urbana qualificada. (SBARDELOTTO, 2016, p. 216).

É válido destacar, também, outros dois Decretos que envolvem a educação nesse mesmo período da Primeira República, onde cada um deles promulga um Código de Ensino, sendo o primeiro Código de Ensino determinado pelo Decreto nº 710 de 18 de outubro de 1915, e o segundo aprovado em 9 de janeiro de 1917, pelo Decreto nº 17 na mesma data.

O Código de Ensino do ano de 1915, demonstra a obrigatoriedade do Ensino a partir dos 7 anos de idade, e o não cumprimento dessa obrigatoriedade faria com que o responsável respondesse por crime de desobediência.

Outro aspecto em relação a instrução pública está ligado a organização do ensino, de acordo com o art. 62, o ensino primário seria dividido em quatro séries graduais, sendo



o primeiro ano destinado a instrução básicas de leitura e escrita, da aritmética e da geografia, abordando também, os ensinamentos cívicos e morais. (PARANÁ, 1915, p. 16).

Já o segundo Código de Ensino decretado em 1917, podemos observar as mesmas disposições anteriores no que se refere a obrigatoriedade do Ensino para as crianças a partir dos 7 anos de idade, e o não cumprimento dessa obrigatoriedade, acarretaria em crime de desobediência para o responsável, e também em relação ao ensino primário, onde ainda prevalece o ensino elementar baseados na leitura e escrita e os ensinamentos cívicos e morais. (PARANÁ, 1917, p. 18-19).

Podemos notar, também na imprensa impressa, o desdobramento dos ideais republicanos em cima da educação paranaense em alguns periódicos do Estado. Pois,

Nas primeiras três décadas do século XX, os discursos da imprensa se centraram basicamente numa sociedade que buscava incisivamente o progresso. A imprensa tornou-se grande imprensa, otimizada pela conjuntura favorável. Essa transformação apoiou-se basicamente no tão propagado incentivo à alfabetização [...]. (SOUZA; CAMPOS, 2013, p. 147).

Um dos periódicos destinados a discutir sobre a educação se chamava Revista A Escola, formada por professores públicos do Estado do Paraná, teve por objetivo disseminar as ideias educacionais, principalmente aqueles ligados ao ideário republicano. Teve sua primeira edição publicada em 1906, onde inicia com um discurso referente à importância da educação para a Nação, e o quanto a instrução pública pode auxiliar na inserção do País nas fileiras das grandes potências mundiais. Além disso, a Revista demonstrava a preocupação com a Instrução Pública no Paraná.

Em adição, podemos perceber o ideário Republicano quando a Revista afirma em sua primeira edição, que, “Si sões verdadeiro republicano, mui bem disse um educacionista do norte, cuidae e cuidae sempre da educação do povo: ignorância e republica são idéas que se repellem” (A ESCOLA, 1906, n. 1, p. 1), onde a ideia educacional é vinculada ao progresso nacional.

Outro momento que marca esse processo participativo da imprensa na tarefa de reformulação da educação em busca da disseminação da instrução pública, é quando na edição 231 do dia 9 de outubro de 1925 do Jornal O Estado do Paraná é lançado na Capa, um artigo escrito pelo Professor Raul Gomes², expondo suas ideias sobre os problemas do ensino no Brasil. Nessa edição, o maior problema destacada na educação brasileira é a falta de conscrição escolar, em outras palavras, a obrigatoriedade da matrícula para as crianças a partir dos seis anos.

Essa obrigatoriedade de matrícula, pode ser notada no Art. 7 do mesmo projeto publicado no Jornal o Estado do Paraná, no qual “[...] ficarão sujeitos a uma multa de 200\$000 paga de uma vez só, os pais que cujos filhos de seis anos não forem incorporados



a qualquer escola publica ou particular ou que não receberem instrução a domicilio.” (GOMES, 1925, n. 231, p. 1).

Nesse sentido, a educação no Estado do Paraná nesse período foi de encontro com as ideias republicanas de Instrução Pública e reformulação do cidadão brasileiro para o Progresso Nacional. A qual, em 1920, leva o então Presidente do Estado do Paraná, Caetano Munhoz da Rocha, articular uma parceria com o Presidente do Estado de São Paulo o Dr. Altino Arantes, solicitando o então diretor da Escola Normal de Pirassununga Prieto Martinez, que fizesse parte do seu quadro de inspetores de ensino do estado do Paraná. Este momento marca o início das reformulações para a educação com vistas ao incentivo a alfabetização da população.

MENSAGENS DE CAETANO MUNHOZ DA ROCHA A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

A Educação de Ensino Primário no Paraná teve no Governo de Caetano Munhoz da Rocha um estímulo no que se refere a expansão do ensino em busca da erradicação do analfabetismo. Em 1920, Caetano Munhoz demonstrou o interesse na reforma da educação do Estado em busca do atendimento à população para acabar com o analfabetismo. Nesse sentido,

[...]as reformas no ensino primário durante a década de 1920 [...] buscavam implantar um modelo de nacionalidade, representaram também o atendimento racional [...] às pressões das classes trabalhadoras [...] de preparar através da educação pública, o homem para o trabalho produtivo. (MIGUEL, 1992, p. 68 apud SBARDELOTTO, 2016, p. 217).

Tendo isso por base, Caetano Munhoz buscou inspiração no modelo educacional vigente em São Paulo, e por sua vez, entrou em contato com o Dr. Altino Arantes, que presidia o Governo Paulista e solicitou a presença do então Professor Prieto Martinez, para auxiliá-lo nessa empreitada no Paraná.

Os primeiros períodos da presença de Martinez no Paraná, foram de expor as propostas educacionais na qual ele viera inserir no Paraná. Isto posto, Caetano Munhoz da Rocha aproveitou a presença de professores das várias regiões do Paraná na capital do Estado para receberem palestras afim de estarem a par das mudanças que estariam a caminho, como afirma em mensagem à assembleia legislativa de 1921:

No mez de Dezembro, aproveitando a estadia dos professores do interior nesta Capital, realizaram-se varias palestras sobre assumptos que se referem á parte techica e administrativa do ensino, parecendo que os resultados desse trabalho serão largamente compensados. (ROCHA, 1921, p. 91).

Em razão da ânsia em pôr em prática as reformas educacionais tanto administrativas e técnicas quanto pedagógicas, que Caetano Munhoz desejava, foi



solicitado aos diretores dos grupos escolares e escolas isoladas que comparecessem na capital para terem as orientações quanto as novas tendências e métodos que seriam aplicados no ensino do estado.

Caetano Munhoz da Rocha, ressalta a importância dos aprendizados naquelas reuniões feitas na Capital, serem levados até os professores do interior do Estado, com vistas nos professores dos anos iniciais, para que se alfabetize mais rapidamente.

É de conveniencia que essa medida se torne extensiva aos professores do interior que leccionam a primeira serie, e isso para facilitar a alfabetização, que é muito lenta pelo antigos methods. Os professores, tanto das escolas isoladas, como de grupos, poderão ensinar a ler e a escrever dentro de um anno, o que atualmente não acontece, pois verifica-se que em muitos casos as creanças levam dois e mais anos para aprender a ler e a escrever deficientemente. (ROCHA, 1921, p. 92).

No primeiro período do seu governo a preocupação não se resumia apenas na dificuldade do governo em relação aos recursos financeiros, trazia também o caráter de universalizar o ensino dado, não apenas acabando com o analfabetismo, mas que esse ato de leitura e escrita trouxesse a consciência crítica em razão do conhecimento adquirido na escola. Caetano Munhoz da Rocha expressa que,

É Claro que a simples leitura não deve representar o nosso ideal em relação á instrucção popular. Em muitos casos, o individuo que apenas sabe ler mais é incapaz de distinguir a verdade do erro, tendo até, como é natural, mais propensão para aceitar o erro, porque é elástico, facilmente bebe o veneno das más leituras. (ROCHA, 1921, p. 98).

A educação no estado, para Caetano Munhoz, deveria ser dada por professores diplomados, preferencialmente os normalistas. Os professores que lecionavam no estado eram providos de três categoriais: Normalistas, Efetivos e Subvencionados Federais e estaduais. Entretanto, Caetano Munhoz da Rocha afirma que os professores que dão mais resultados na educação são os normalistas, em razão do diploma que lhes permitia ter “cultura pedagógica”, como afirma em mensagem.

Seria ideal que somente os portadores de diplomas pudessem leccionar. Entretanto, a única Escola normal que possuímos não é bastante para fornecer professores ao Estado. Dahi a contingencia de se recorrer a outros elementos menos capazes e menos aptos porque lhes faltam cultura geral e, sobretudo, cultura pedagogica. (ROCHA, 1921, p. 95).

O aumento da população no estado do paraná, desencadeou uma necessidade do governo do estado em aumentar o número de professores e estabelecimentos. Até o ano de 1923, segundo relatório estatístico de Ensino do Estado de 1930, havia apenas uma Escola secundária Normal, o que despertou a preocupa o do presidente do Estado em rela o a expansão do Ensino, e reforçou a necessidade de se criar mais escolas para atender a demanda que surgia no decorrer do crescimento populacional.



No decorrer dos anos de seu governo, Caetano Munhoz retrata a instrução como processo de conquista de seus esforços como Presidente. Desde a reforma e organização da educação, inspiradas nos moldes do Estado de São Paulo, o Presidente do Estado do Paraná vem retratando a luta contra o analfabetismo através da expansão do ensino primário no território paranaense.

Se em relação ao ensino público, no anno passado, os resultados alcançados foram de molde a corresponder aos esforços de meu governo e a satisfazer os desejos do povo paranaense, no actual os fructos colhidos não foram menos apreciáveis, pois a instrucção alargou-se a muitos municípios que até então pouco ou quase nada usufriam das suas vantagens e firmou-se de vez em outros onde os algarismos não correspondiam á despesa respectiva ou então representavam cifras que não traduziam a expressão da verdade. (ROCHA, 1923, p. 122).

Tinha consciência da especificidade da educação na vida da população, da importância da consciência adquirida pelo conhecimento, principalmente dado pela alfabetização. Caetano Munhoz, compreendia que a educação, a instrução primária, é dever do governo e direito de todos, crianças e adultos.

Á escola publica do Paraná está confiado, na hora presente, um lugar de mérito, mérito que se integraliza no bem que proporciona a mais de um terço de sua população infantil de 7 a 12 anos, e a mais de mil adultos, operários e soldados; os primeiros usufruem, na idade propicia, o necessário preparo para o primeiro aparelhamento da lucta que deixaram de receber na infância e ao qual tinham direito por força de lei e em virtude dos princípios básicos do regimen. No primeiro caso o governo cumpre com o seu dever e realiza a promessa de sua acção administrativa. No segundo, vae além, corrigindo males que é preciso afastar em tempo para se preparar o futuro da Nação. (ROCHA, 1923, p. 123).

A luta contra o analfabetismo é o maior intento do governo Rocha, e a busca da expansão do ensino pelo Paraná, foi a medida da época para que uma maior parte da população pudesse aprender a ler, escrever e contar. Esses aspectos de renovação educacional impostas no início do seu governo, vinham para corroborar um sentimento nacional que ia de encontro à alfabetização em larga escala.

A lucta contra o analfabetismo representa na hora actual a maior aspiração do povo brasileiro. Intesifical-a de um modo eficaz e pratico, equitativamente, de maneira a não se abandonar o sertão por um excesso de zelo e, consequentemente, de despesa, nas cidades, tal deve ser a directriz que se impões aos governos. (ROCHA, 1923, p. 123).

Munhoz da Rocha tinha conhecimento da não possibilidade de se educar os cidadãos integralmente, e que é necessário dispor ao menos da prática alfabetizadora, para que soubessem ler e escrever. Por isso, “Não sendo possivel dar a todos uma instrucção integral, que ao menos se ensine a ler e a escrever. Impõem-se para isso, medidas radicaes



tendentes a canalizar todas economias possivel para tão elevado alcance” (ROCHA, 1923, p. 123).

Em relação a formação de professores para atender essa demanda educacional, Caetano Munhoz relata a criação de uma Escola Normal que garantiria uma formação diferente daqueles que já haviam no Brasil, com métodos distintos dos já colocados. Pois, “[...] para garantir a formação do professorado, o [...] governo resolveu levantar o edifício básico que é a Escola Normal, que funcionará sob moldes inteiramente diversos dos que até então eram adotados.” (ROCHA, 1923, p. 124).

As medidas adotadas para a continuidade da expansão do ensino no Paraná, se dá na medida em que o “[...] ideal deve agir sem peias, guiado exclusivamente pelo desejo de corresponder á expectativa popular, visando, portanto, o interesse máximo que é a alfabetização”. (ROCHA, 1923, p. 124).

A instrução Pública continuou no mesmo caminho de erradicação do analfabetismo, e Segundo Caetano Munhoz, o Estado pode melhorar sem gastos extraordinários, apenas utilizando as reformas do ensino e a inspeção feita pelo Professor Prieto Martinez.

A organização no que se refere ao levantamento dos números de alunos por todo o estado, serviu para que o governo pudesse distribuir as escolas de forma conveniente e difundir o ensino primário afim de alfabetizar o maior número de pessoas.

As inspeções feitas pelo Inspetor do Estado, Prieto Martinez, serviram como parte dessa organização do Ensino, que até então não existiam no Paraná. Ela atuou diretamente na reforma do ensino, facilitando o controle de número de crianças no Estado e serviu também para a prática pedagógica nas escolas, aplicando os métodos e programas educacionais em busca de uma melhoria do ensino.

Inspeccionado o trabalho de cada escola, orientado o professor para seguir novos metodos e programas, tomou logo rumo a actual organização escolar, e todos os estabelecimentos se encheram de creanças, excedendo na sua quase totalidade a matricula regulamentar. (ROCHA, 1924, p. 49).

No campo, foi cuidado para que as crianças aprendessem a ler e escrever tendo em vista a rapidez como elas iniciam a vida de trabalho no campo.

Considerando que, principalmente no campo, as creanças não podem perder tempo, porque o trabalho da terra requer logo o seu concurso, cuidou-se com especial carinho das creanças analfabetas, preferidas na matricula e nos trabalhos diários. (ROCHA, 1924, p. 50).

No início do governo de Caetano Munhoz, é possível constatar a busca pela organização da educação no Estado, para que se pudesse ter controle sobre o número de alfabetizados e de quais localidade necessitavam de maior atendimento educacional. O presidente do Estado tem consciência desse fato e expressa na seguinte mensagem:



As estatísticas de 1920, primeiro ano da reforma, infelizmente não puderam constatar com segurança, qual o numero de creanças alfabetizadas e isso porque, como era natural, procurou-se de preferencia reorganizar o serviço escolar, tanto na Capital como no interior; as de 1921, 1922 e 1923, porém, indicam bem o progresso real do ensino nos grupos e escolas isoladas, segundo as cifras de alfabetização que são devéras promissoras. (ROCHA, 1924, p. 50).

Excluindo o ano de 1920, pela insegurança dos dados, Caetano constata o aumento de alfabetizados nos anos que se seguiram, a soma total de 22.439 alunos, “[...] sendo 7.660 em 1921, 7.820 em 1922 e 6.953 em 1923.” (ROCHA, 1924, p. 50).

Segundo Caetano, a população infantil de 7 a 14 anos no ano de 1923 era de 120.000 crianças, e que dessas crianças, 44% frequentavam a escola. E continua:

Nos devemos dahi concluir que a cifra de analfabetos no Paraná seja de 59%, e que para colucionar de vez a causa do seu ensino primário se torne necessário duplicar o numero das escolas existentes. Dentre as 120.000 creanças encontradas pelo recenseamento, uma boa parte já deixou a escola, porque concluiu o curso ou porque já se tivesse julgado satisfeita em aprender a ler, escrever e contar rudimentalmente. (ROCHA, 1924, p. 53).

Um dos problemas pertinentes a educação primária, era apenas o incentivo a alfabetização, sendo que muitas das crianças, principalmente nas zonas afastadas das áreas urbanas e das zonas rurais aprendiam a ler e a escrever e abandonavam as escolas para seguir a vida do trabalho rural.

A luta contra o analfabetismo continua em 1924, entretanto, inicia-se um novo problema para ser resolvido: O número de professores. Nesse momento existiam apenas três escolas de Ensino Normal para a formação de Professores, uma na Capital do Estado Curitiba, uma em Ponta grossa que se justifica, segundo Caetano Munhoz, pelo alto índice populacional e em Paranaguá, por ser uma das cidades mais importantes do estado, especificamente por ser a região marítima portuária.

Caetano Munhoz sempre demonstra em suas mensagens a necessidade em ter professores normalistas. Nesse sentindo, começa a se pensar em abrir editais de concurso para a substituição dos professores subvencionados e efetivos no estado, como relata em mensagem,

Feita a conveniente distribuição daquelas cadeiras pelos municipio em que se fazem necessárias, publicar-se-á, desde logo, edital, chamando candidatos ao seu provimento. [...] tratará o Governo de melhorar, o quanto possível, o corpo de professor, fazendo substituir, paulatinamente, os professores effectivos, provisórios e subvencionado por normalistas. (ROCHA, 1925, p. 95).

O Presidente do Estado do Paraná, a todo momento, demonstra em suas mensagens a preocupação com o ensino público no estado. Tanto para atender o crescimento das zonas urbanas, quanto para dar ensino elementar aqueles que não tiveram oportunidades. Expressa também, a necessidade desse ensino ser dado por educadores que possuíssem



diplomas, pois acreditava que a disposição educacional, por aqueles que estudavam nesses estabelecimentos, estariam mais aptos para atuar no campo escolar, e dar um ensino de qualidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O governo de Caetano Munhoz visava a busca pela alfabetização das crianças do Estado que cruzava com os ideais propostos naquele momento pelo país. O alto índice de analfabetos no Brasil incentivava os Estados do país a construírem planos e programas de ensino que alfabetizassem o maior número de indivíduos, tanto para satisfazer o campo industrial que se configurava no país quanto para ir de enfrentamento aos interesses daqueles que iam contra as políticas oligárquicas.

Caetano Munhoz, expressava sua preocupação em relação a alfabetização para que se pudesse dar novas caras ao estímulo industrial no Paraná, tendo em vista a crescente populacional nas cidades que saíam das zonas rurais em busca de novas oportunidades de vida.

A melhora do Ensino, na qual Caetano expressa em suas mensagens, sempre esteve ligada como obrigação do Estado e direito da população. A criação de escolas pelo território paranaense, a reforma no ensino sob os modelos do Estado de São Paulo, a organização do aparelho escolar, dado início no seu primeiro ano de governo com a vinda do Professor Prieto Martinez e os resultados obtidos pelo Governo de Caetano, põem em vista a preocupação com o ensino público durante esse período de controvérsias políticas e econômicas na qual o Brasil passava.

O marco principal dessa preocupação com o ensino público aqui no Paraná, se dá no momento em que Caetano procura um Professor para lidar com a Educação do Estado, demonstrando coerência na perspectiva de efetivar mudanças no âmbito escolar.

Nota-se que os grandes avanços educacionais eram sempre destinadas as cidades consideradas “de grande importância” e a capital, deixando em segundo plano o restante das cidades, principalmente as regiões rurais. Acredita-se que isso tenha sido pela facilidade de controle e observações por estarem próximas, dado o motivo pelo qual Caetano Munhoz solicitou a contratação de Prieto Martinez, que veio para o Paraná para organizá-lo educacionalmente e ficar atento aos problemas de outras regiões, e também o foco da industrialização nos locais mais movimentadas populacionalmente no intuito de satisfazer as necessidades de mão de obra capitalista.

O governo de Caetano Munhoz teve sua importância a partir da organização técnica e administrativa própria do plano de políticas do seu governo, quanto na reestruturação dos métodos pedagógicos do Ensino Primário no Paraná. A atenção para o ensino primário,



que toma como ponto de partida o entusiasmo pela educação, inicia um processo de significação à educação e a importância do ensino, mesmo que elementar.

A necessidade em buscar professores que possuam capacitação para lecionar, é um dos avanços no governo Caetano Munhoz, pois demonstra a consciência de um homem político que visa não somente a “fabricação” de decodificadores de palavras para satisfazer uma classe, mas também o processo de permitir que os sujeitos tenham um ensino de qualidade.

REFERÊNCIAS

A ESCOLA: Revista do Gremio dos Professores Públicos. Curitiba: Typ. A Vapor, n. 1 v. 1, 1906. Disponível em: <www.memoria.bn.br>. Acesso em: 08 ago. 2018.

BRASIL. Constituição (1891). Emenda Constitucional de 3 de setembro de 1926. Nós, os representantes do povo brasileiro, reunidos em Congresso Constituinte, para organizar um regime livre e democrático, estabelecemos, decretamos e promulgamos a seguinte. 1926. Não paginado. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao91.htm>. Acesso em: 08 ago. 2018. Não paginado.

CLARK, J. U. A Primeira República, as escolas graduadas e o ideário do iluminismo republicano: 1889-1930. **Rev. HISTEDBR On-line**, v. 9, 2006. Não Paginado. Disponível em: <http://www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/periodo_primeira_republica_intro.html>. Acesso em: 02 nov. 2017. Não paginado.

COSTA, E. V. **Da monarquia à república: momentos decisivos**. 6. ed. São Paulo: Ed. da UNESP, 1999.

GHIRALDELLI JUNIOR, P. **História da educação**. 2. ed. Rev. São Paulo: Cortez, 2001.

GOMES, R. Plano de desanalfabetização. **O Estado do Paraná**, Curitiba, ano 1, n. 231, 1925. Edição da manhã.

NAGLE, J. **Educação e sociedade na Primeira República**. São Paulo: Ed. da EPU, 1974.

OLIVEIRA, V. S.; SILVA, R. F. E. O “entusiasmo pela educação” na Primeira República: uma perspectiva de progresso político-social no Brasil. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 2., 2002, Natal, RN. **Anais...** Natal: História e memória da educação brasileira, 2002. p. 1-10. Disponível em: <<http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe2/pdfs/Tema2/0212.pdf>>. Acesso em: 08 ago. 2018.

PARANÁ (Estado). **Relatório estatístico do decênio de 1920 a 1929**. 23 de setembro de 1930. Curitiba, 1929. Disponível em: <<http://www.arquivopublico.pr.gov.br/arquivos/File/RelatoriosSecretarios/Ano1930MFN1050.pdf>>. Acesso em: 02 dez. 2017.



PARANÁ (Estado). **Código de ensino do Estado do Paraná de 1915**. Curitiba, 1915. Disponível em: <http://www.arquivopublico.pr.gov.br/arquivos/File/RelatoriosSecretarios/Ano_1915_MFN_1914.pdf>. Acesso em: 11 ago. 2018.

PARANÁ (Estado). **Código de Ensino do Estado do Paraná de 1917**. Curitiba, 1917. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/125257>>. Acesso em: 11 ago. 2018.

RIBEIRO, M. L. S. **História da educação brasileira: organização escolar**. 12. ed. São Paulo: Cortez, 1992.

ROCHA, C. M. **Mensagem presidencial do estado do Paraná, 1º de fevereiro de 1921**. Curitiba, 1921. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u620/>>. Acesso em: 02 dez. 2017.

ROCHA, C. M. **Mensagem presidencial do estado do Paraná, 1º de fevereiro de 1922**. Curitiba, 1922. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u621/>>. Acesso em: 02 dez. 2017.

ROCHA, C. M. **Mensagem presidencial do estado do Paraná, 1º de fevereiro de 1923**. Curitiba, 1923. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u621/>>. Acesso em: 02 dez. 2017.

ROCHA, C. M. **Mensagem presidencial do estado do Paraná, 1º de fevereiro de 1924**. Curitiba, 1924. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u621/>>. Acesso em: 02 dez. 2017.

ROCHA, C. M. **Mensagem presidencial do estado do Paraná, 1º de fevereiro de 1925**. Curitiba, 1925. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u621/>>. Acesso em: 03 dez. 2017.

ROMANELLI, O. O. **História da educação no Brasil (1930/1973)**. 31. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

RODRIGUES, M. **O Brasil na década de 1910**. 3. ed. São Paulo: Memórias, 2010.

SOUZA, E. F.; CAMPOS, N. Imprensa no Paraná e o combate ao analfabetismo: trajetória e pensamento de Raul Gomes (1889-1975). **Rev. HISTEDBR On-line**, Campinas, v. 13 n. 53. p. 133-152, 2013. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8640197>>. Acesso em: 24 ago. 2018.

SAVIANI, D. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. 3. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2011.

SAVIANI, D. **Nova Lei da educação**. LDB. Limites e perspectivas. Campinas, SP: Autores Assiados, 1998



SBARDELOTTO, D. K. História dos cursos normais públicos de formação de professores primários no Estado do Paraná. In: SILVA, J. C.; BATISTA, E. L.; SANFELICE, J. L. (Org.). **História da educação, intelectuais e instituições escolares**. Uberlândia: Navegando Publicações, 2016.

WEREBE, M. J. G. **30 anos depois**. Grandezas e misérias do ensino no Brasil. São Paulo: Alínea, 1994.

Notas

¹ Graduando em Licenciatura em Pedagogia pela Universidade Estadual do Paraná – *Campus* Paranaguá (UNESPAR/FAFIPAR).

² Raul Gomes foi um intelectual voltado as questões educacionais e atuou principalmente no Paraná, sendo, o único paranaense signatário do Manifesto dos Pioneiros (1932). Ver Souza e Campos, 2013.

Submetido em: 23/04/2018

Aprovado em: 19/08/2018

Publicado em: 28/09/2018